

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA SOCIEDADE E DESENVOLVIMENTO  
REGIONAL  
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA

LUIZA SOARES DE ALMEIDA SOUZA

**A POTÊNCIA JONGUEIRA E QUILOMBOLA DE MACHADINHA -  
QUISSAMÃ/RIO DE JANEIRO: UM ESTUDO EM PSICOLOGIA SOCIAL  
COMUNITÁRIA.**

Campos dos Goytacazes-RJ  
2019

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA SOCIEDADE E DESENVOLVIMENTO  
REGIONAL  
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA

LUIZA SOARES DE ALMEIDA SOUZA

**A POTÊNCIA JONGUEIRA E QUILOMBOLA DE MACHADINHA -  
QUISSAMÃ/RIO DE JANEIRO: UM ESTUDO EM PSICOLOGIA SOCIAL  
COMUNITÁRIA.**

Artigo de um relato de pesquisa apresentado ao Curso de Psicologia da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Psicologia.

ORIENTADOR: Profa. Dra. Lurdes Oberg

Campos dos Goytacazes-RJ  
2019

LUIZA SOARES DE ALMEIDA SOUZA

A POTÊNCIA JONGUEIRA E QUILOMBOLA DE MACHADINHA -  
QUISSAMÃ/RIO DE JANEIRO: UM ESTUDO EM PSICOLOGIA SOCIAL  
COMUNITÁRIA.

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao departamento de psicologia da Universidade Federal Fluminense (UFF/Polo Campos dos Goytacazes), como parte dos requisitos necessários à obtenção do título Bacharel em Psicologia.

BANCA EXAMINADORA

.....  
Prof. Lurdes Oberg  
Universidade Federal Fluminense

.....  
Prof. Evelyn Gouvea  
Universidade Federal Fluminense

Campos dos Goytacazes-RJ  
2019

## AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente aos moradores e moradoras da Comunidade Quilombola de Machadinha, que interrompem seus compromissos para contribuir com a comunidade, com as pesquisas e com os pesquisadores. Muito obrigada pelos ensinamentos e pela força que transmitem. Saibam que estamos juntos nessa luta por garantia e permanência de direitos. Contem comigo sempre!

Agradeço também a natureza, por fornecer o que nos sustenta, ao sol por alegrar em dias tristes e pesados, ao céu azul que dá ânimo, aos dias frios que trazem aconchego, a chuva que faz as pessoas pararem um pouco na agitação do dia-a-dia.

Agradeço aos animais, e desejo que a cada dia os seres humanos vejam mais a importância deles para a manutenção do nosso planeta e da vida de um modo geral. Assim como Nise da Silveira, enxergou neles uma possibilidade de tratamento da saúde mental em uma tentativa de levar mais afetividade para uma instituição fria e violenta.

Deste modo, deixo um agradecimento especial, aos meus gatos, filhos de quatro patas, Banguela e Amarelinho, além da minha canina sobrinha Luna, por estarem todos os dias me fazendo companhia nos estudos e na escrita, sempre perto de mim, sem permitir que me sentisse sozinha. Por deixarem ser abraçados quando eu precisava de um abraço, quando precisava me acalmar, e como o pêlo fofo deles acalma! Por cuidarem da minha saúde mental para que conseguisse realizar este trabalho. Eles me ensinam que a vida é bem mais simples do que parece, que nós humanos que complicamos ela muitas vezes. Ensinam também a valorizar pequenas coisas e a se divertir com elas. Vocês trazem amor, alegria e união a minha casa, a minha vida e a minha família. É impagável o bem que vocês fazem. Obrigada por todos os “lambeijinhos”.

Agradeço a minha mãe, por toda força que teve para criar e manter duas filhas mesmo diante das adversidades que a vida possui. Acredito que o resultado de todo esse esforço teve relação com o orgulho que sentiu quando as duas conseguiram vagas em universidades públicas em cursos concorridos. Agradeço por incentivar a leitura desde muito cedo, por me fazer sentir prazer em estudar e a me dizer que “conhecimento nunca é demais”. Se não fosse seu apoio em todos os sentidos o caminho teria sido mais difícil, doloroso e sofrido. Obrigada por escutar com compreensão e respeito minhas angústias e medos. Você é o segredo de todas as minhas conquistas.

À minha segunda mãe, minha avó, por fazer parte da minha rede de apoio, ter me acalmado, por ter me dito que daria tempo de escrever tudo, por ter pedido para que eu descansasse e dormisse bem, sempre intervindo no cuidado com minha saúde física e mental. Ela, sua comida e sua casa foram e ainda são como o paraíso dentro da cidade. Ela com aquela voz plena, calma e serena, já me tirou do desespero e me trouxe de volta a uma realidade tão doce muitas vezes. Todos da

família se acalmam quando entram em sua casa. Ela é um ser de luz pacificador.

As amigas do curso e da vida, onde compartilhamos e nos ajudamos em cada trabalho, em cada período, em cada momento necessário de descanso e distração. Obrigada por serem tão carinhosas, empáticas e solidárias.

Ao companheiro e amor que ajudou na revisão deste trabalho diversas vezes, por também ter me dito que daria tempo de escrever, por me acalmar para que conseguisse concluir. E estava sempre disposto a contribuir de alguma maneira, me fez companhia nos estudos, assistia a aulas e palestras comigo, compartilhando assim, deste amor a Psicologia. Obrigada pelos afetos e por tudo.

À minha orientadora Lurdes Oberg que fez despertar em mim uma paixão pela Psicologia Comunitária ainda durante a disciplina, pelo incentivo, disponibilidade, paciência, por ter me dito para ter calma, por todas as contribuições, enfim, por ter compreendido as adversidades e peculiaridades do meu processo de escrita com seu olhar amplo e acolhedor de professora e psicóloga.

Agradecimento a professora e amiga Maria Clareth Reis, pela amizade, confiança e pelas oportunidades. É impagável o incentivo e o conhecimento que compartilhou comigo.

Agradeço aos demais professores, em especial a Luana Silveira, Bruna Britto, Sabine Mantuan, Beth Pacheco e Francisco Estácio, os quais tive maior tempo de contato e identificação, pelos compartilhamentos riquíssimos, pela aposta nos alunos e na mudança, por cada um possuir esse olhar singular e crítico que faz toda a diferença.

Agradeço a todos os funcionários (as) da UFF e da UENF, como os (as) guardas, as (os) funcionárias (os) da limpeza, da secretaria, os motoristas que me levaram tantas vezes ao quilombo.

Por fim, agradeço a mim, por não ter deixado de lado o autocuidado, por ter procurado ajuda quando sentia que não estava bem, por ter me centrado quando estava desorganizada, por ter permitido deixar me afetar por todas essas pessoas, por deixar me ajudarem e por ajuda-las também.

*“Machadinha não é vila nem cidade  
Nunca vi lugar pequeno pra ter tanta novidade”*

Ponto de *jongo* cantado pelo grupo Tambores de Machadinha

## RESUMO

A psicologia considerada elitista não se ateuve durante parte de sua história aos sofrimentos vivenciados pela parcela oprimida da população, especialmente, no contexto rural. Assim, tivemos como objetivo geral compreender as diversas contribuições da Psicologia Social Comunitária para a comunidade Quilombola de Machadinha, situada no interior do estado do Rio de Janeiro. Em relação aos objetivos específicos destacamos: conhecer as demandas dos moradores, suas problemáticas e melhorias; compreender as questões da comunidade como: de identidade quilombola, autonomia, motivação, autogestão e consciência crítica; conhecer o acesso a políticas de saúde e identificar a importância do jongo. Em um primeiro momento, ressaltamos as contribuições históricas e o referencial teórico deste campo do conhecimento. Para tanto, foram estudados autores como Djamila Ribeiro, Frantz Fanon, Martín-Baró e Silvia Lane. No segundo, trazemos a discussão histórica sobre o conceito de quilombo e o processo construído coletivamente para que essa comunidade remanescente de quilombos obtenha o seu reconhecimento e titulação conforme assegurados pela legislação. E no terceiro, apresentamos a metodologia qualitativa a partir de um viés etnográfico, no qual utilizamos a observação participante e entrevistas semiestruturadas com três moradores da comunidade de faixas etárias distintas. Os resultados indicam que o jongo é um instrumento potente na inserção dos jovens na construção do processo de conscientização. Também o protagonismo e outras ações promovem mudanças positivas que são reconhecidas pelos moradores, entretanto, ainda há demandas importantes como a titulação das terras. Conclui-se por fim, que as parcerias realizadas contribuem com a visibilidade e o fortalecimento da referida comunidade.

Palavras-chave: Psicologia Social Comunitária; Quilombo Machadinha; Jongo

## **ABSTRACT**

Psychology considered elitist did not dwell for part of its history on the sufferings experienced by the oppressed part of the population, especially in the rural context. Thus, we had as general objective to understand the diverse contributions of Community Social Psychology to the community Quilombola de Machadinha, located in the interior of the state of Rio de Janeiro. In relation to the specific objectives we highlight: to know the demands of the residents, their problems and improvements; understand community issues such as: quilombola identity, autonomy, motivation, self-management and critical awareness; to know the access to health policies and to identify the importance of jongo. At first, we highlight the historical contributions and the theoretical reference of this field of knowledge. Therefore, authors such as Djamila Ribeiro, Frantz Fanon, Martín-Baró and Silvia Lane were studied. In the second, we bring the historical discussion about the concept of quilombo and the collectively constructed process so that this remaining community of quilombos obtains its recognition and titulación as assured by the legislation. And in the third, we present the qualitative methodology based on an ethnographic bias, in which we use the participant observation and semi-structured interviews with three residents of the community of different age groups. The results indicate that jongo is a potent instrument in the insertion of young people in the construction of the awareness process. Also the protagonism and other actions promote positive changes that are recognized by the residents, however, there are still important demands such as land titling. It is concluded, finally, that the partnerships carried out contribute to the visibility and strengthening of the said community.

Keywords: Community Social Psychology; Quilombo Machadinha; Jongo



*“Portanto, se a necessidade objetiva mais peremptória das maiorias latino-americanas é a sua libertação histórica de estruturas sociais que as mantêm oprimidas, para essa área deve se voltar a preocupação e o esforço da Psicologia.”*  
(Martín-Baró).

## **Introdução**

O presente trabalho de conclusão de curso é fruto do desdobramento de uma pesquisa que teve início na Extensão Universitária e na Iniciação Científica nas áreas de Cultura e Educação com o objetivo de analisar o grupo de jongo da comunidade. A partir dessa aproximação com o jongo foi iniciada a inserção na Comunidade Remanescente Quilombola Machadinha, situada em Quissamã, noroeste fluminense do estado do Rio de Janeiro.

Desde 2014 foram inúmeras as idas ao campo, sendo possível absorver a dinâmica singular da comunidade e acompanhar as mudanças que ocorreram. A partir de então, entendeu-se que seria importante depreender a comunidade quilombola juntamente com suas manifestações culturais na perspectiva da Psicologia Social Comunitária, com o intuito de fazer valer as suas contribuições em prol da comunidade e avançar neste campo de saber.<sup>1</sup>

Tendo em vista, que a UFF (Universidade Federal Fluminense) Polo Campos dos Goytacazes, é uma instituição de desenvolvimento regional, a escolha por este estudo no final da graduação em Psicologia, na comunidade de Machadinha, (localidade próxima) é pertinente para valorizarmos uma formação profissional pautada na valorização dos povos tradicionais.

A psicologia comunitária nos convoca a pensar as transformações locais articuladas as transformações históricas que ocorreram no decorrer do tempo. Oberg (2007, p.24) nos lembra que devemos compreender “a subjetividade como um processo histórico”, ou seja, que ela se constitui e sofre transformações de acordo com mudanças que ocorrem. Diante disso, podemos refletir acerca do fato de que a subjetividade dos moradores de uma comunidade quilombola é afetada pelo processo de opressão de raça e classe historicamente presentes e que produz uma significativa violência simbólica vivenciada até os dias atuais, ocultando uma subjetividade repleta de ancestralidade e cultura dos povos africanos.

Alguns questionamentos acerca do tema delinearão a pesquisa, tais como: Quais contribuições a Psicologia Comunitária pode oferecer as comunidades quilombolas? E a comunidade quilombola de Machadinha? Todos os moradores se identificam como quilombolas? Há políticas públicas de saúde na comunidade? Como analisamos a consciência crítica e a

---

<sup>1</sup> Paralelamente, comecei a participar do NEABI (grupo de estudos afro-brasileiros e indígenas) da UENF (Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro) para construir aporte teórico e iniciar a militância. Neste grupo pude me aproximar de eventos e pessoas ligadas ao movimento negro e quilombola que muito contribuiu para minha formação e que apontavam questões e perspectivas que são essenciais de serem abordadas como a luta pela terra, pela igualdade, contra o racismo e outras articulações dentro da temática.

percepção dos moradores frente às mudanças da comunidade?

Além disso, o trabalho também poderá servir de fonte de informações e dados para que outros sujeitos moradores de comunidades remanescentes de quilombos, pesquisadores e profissionais, possam a partir desta experiência valorizar a construção histórica do processo identitário dos sujeitos comunitários, buscando o respeito as especificidades de cada local e as potências singulares de cada região.

Ademais, este trabalho discute às particularidades de uma comunidade quilombola, que reflete diretamente na dinâmica da vida comunitária. Houve, ainda, uma preocupação na construção da pesquisa de haver uma reflexão do lugar de fala, o protagonismo dos sujeitos, e nas implicações da subjetividade da pesquisadora que é branca, como Ribeiro (2017) discorre em seu livro: “O que é lugar de fala”. Além desta autora, foram estudadas obras de autores negros (as) como Fanon (2008), Davis (2016) e Costa (2012).

Schucman (2017) em sua breve análise sobre a produção acadêmica da Pós-Graduação do Instituto de Psicologia da USP (IPUSP), salienta que desde a sua inauguração em 1970, tiveram 2.916 trabalhos, entre teses e dissertações apresentados, até maio de 2012. Desses, somente quinze pesquisas abordaram a temática racial e somente uma se dedicou ao estudo em uma comunidade quilombola. Este único trabalho foi a tese de doutorado de Eliane Silvia Costa publicado há apenas seis anos, em 2012, intitulado: *Racismo, política pública e modos de subjetivação em um quilombo do Vale do Ribeira*. Este foi “o primeiro estudo do Programa de Pós do IPUSP voltado para a temática quilombola. Esta autora pesquisou uma das primeiras comunidades negras rurais do estado de São Paulo a conquistar o título de domínio de terras quilombolas” (SCHUCMAN, 2017, p.151).

Destacamos que, em setembro do ano de 2018 foi promovido pelo Conselho Federal de Psicologia, juntamente com as instituições de ensino e pesquisadores, e com a participação das comunidades tradicionais, o 1º Encontro Nacional de Rede de Articulação Psicologia, povos indígenas, quilombolas, de terreiro, tradicionais e em luta por território. Evidencia-se, assim, quão recente tem sido estas reflexões e a aproximação deste campo de saber às problemáticas dos povos tradicionais.

Diante disso, neste trabalho será apresentado, em um primeiro momento, um panorama histórico das contribuições da Psicologia Comunitária. Para tanto, foram estudados autores como Martín-Baró (1895), Silvia Lane (1999), Djamila Ribeiro (2017) e Frantz Fanon (2008), esses dois últimos nos fortalecendo para lidar com questões referentes as relações raciais. Em um segundo momento problematizamos historicamente o conceito de quilombo e o processo construído coletivamente para a comunidade remanescente dos quilombos obter o seu reconhecimento e titulação conforme assegurados pelos artigos 215/216 da Constituição Federal, o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e o decreto presidencial nº 4.887/2003. Por fim,

trazemos a metodologia qualitativa a partir de um viés etnográfico, no qual utilizamos técnicas como a observação participante e entrevistas semiestruturadas com três moradores da comunidade de faixas etárias distintas, dando destaque, as suas principais demandas, o processo de autogestão e de construção de sua consciência crítica a partir do seu reconhecimento oficial, acesso a políticas de saúde, a importância do jongo, a identidade quilombola, e quais os desafios que ainda estão por vir para refletirmos estratégias de enfrentamento pautadas em uma Psicologia comprometida com o sofrimento ético-político de seus moradores.

## **Histórico e contribuições da Psicologia Comunitária**

Historicamente a psicologia tem a sua difusão nos grandes centros urbanos e os territórios rurais e os mais distantes ficam em segundo plano (ALBUQUERQUE, 2002).

Neste contexto, desde meados da década de 60, os psicólogos começaram a utilizar seu arcabouço teórico para trabalhar em comunidades mais vulneráveis com o intuito de deselitizar a profissão e buscar contribuir para o desenvolvimento e a melhora da qualidade de vida destas populações (FREITAS, 1994).

No início dos anos 60 no país, em um contexto que o Estado não supre minimamente as necessidades básicas da população, surgiram as reivindicações de diversos movimentos, como o das ligas camponesas formadas no meio rural, de onde este setor da população saía em caminhada em direção aos centros urbanos reivindicando: “condições mínimas e razoáveis para o plantio e para a colheita na terra” (FREIRE apud FREITAS, 1996). As ações objetivando mudanças neste cenário abrangeram a educação neste meio, com objetivos definidos como mostra Lane (1996, p.18):

(...) surge uma preocupação com a educação popular, com a alfabetização de adultos como instrumento de conscientização - são os trabalhos de Paulo Freire e de outros, dos quais participavam diversos profissionais e, entre eles, psicólogos, sem qualquer preocupação em definir especificidades em termos de áreas de trabalho – eram atividades inerentes à cidadania. Essas experiências levam os psicólogos, na década de 70, a desenvolverem atividades em comunidades em termos de educação popular, tendo como meta a conscientização da população.

Neste contexto histórico, ao tratar do surgimento da Psicologia Comunitária no Brasil não há como abordar este tema dissociado do golpe militar de 1964, pois, foi a partir desse cenário de repressão política, ideológica e econômica que os psicólogos começaram a refletir a quem essa área estava servindo, a quais interesses e pensar qual era o papel da Psicologia no movimento de conscientização da população (LANE, 1996, p.17).

Posteriormente, a partir de 1975, o termo Psicologia Comunitária começa a ser utilizado, e

surge com um grupo de Psicólogos latino-americanos da Psicologia Social que levantaram a crítica acerca da não existência de uma Psicologia que se preocupe de forma mais comprometida com os problemas sociais como a violência, a pobreza, a opressão, dentre outros (GOIS, 2003). Nesse sentido, os primeiros lugares onde a psicologia comunitária atuou foram em “Bairros populares, favelas, associações de bairro, comunidades eclesiais de base, movimentos populares em geral (CAMPOS, 1999, p.9).

Bader Sawaia, (1996), corrobora com a afirmação de que o termo comunidade começa a aparecer no referencial teórico da Psicologia a partir dos anos 70 e no final desta década se constitui afirmando um posicionamento de defesa da luta contra a exclusão, a exploração e a dominação. Esta proposta, distingue-se também do trabalho realizado com grupos feito anteriormente na psicologia social norte-americana.

Ademais, os trabalhos elaborados na década de 70 fizeram parte do 1º Encontro Regional de Psicologia na comunidade, realizado em São Paulo em 1981, neste período a atuação do psicólogo ainda estava restrita a técnicas e carecia de uma visão ampla sobre o sujeito. Noções sobre a construção do indivíduo, de sua consciência, sua identidade na relação com o outro, seja em grupos ou na comunidade ainda não eram contemplados (LANE,1996).

Realizada a breve exposição acerca do contexto histórico, é importante apresentar aspectos essenciais da psicologia comunitária que contribuem para o campo proposto. Neste sentido, o enquadramento teórico da psicologia (social) comunitária se fundamenta nos referenciais da psicologia social, que postula a formulação de uma consciência crítica, que contribui para a elaboração de uma identidade do indivíduo e da perspectiva social, com cunho ético provido de cidadania (FREITAS, 1999).

Nesta perspectiva, Ignacio Martín-Baró, teórico da Psicologia da Libertação, desenvolve uma psicologia direcionada a Libertação dos povos de diversos tipos de opressão e voltada para a realidade da América Latina. Este autor traz contribuições para pensarmos a Psicologia Social Comunitária Brasileira, inclusive de sua Libertação de modelos tradicionais que ignoravam as classes populares. (OLIVEIRA & GUZZO, 2014).

Diante disso, a psicologia comunitária tem o seu foco no: (...) “desenvolvimento humano e na mudança sócio-política de uma realidade psicossocial caracterizada por relações de dominação e de exclusão social”. (BARÓ apud GOIS, 2003, p. 286). De acordo com Martín Baró, o papel do psicólogo na comunidade deve ser o de “ajudar as pessoas a superarem sua identidade alienada, pessoal e social, ao transformar as condições opressivas do seu contexto” (Autor, Ano p.07).

Consoante a esta discussão, Gois (2003), afirma que a Psicologia Comunitária possui uma visão que acredita na potência e responsabilidade dos moradores, onde o desenvolvimento individual e comunitário ocorra mesmo diante de grandes adversidades. Destacamos assim, os

meios que contribuam para uma mudança social pretendida, realizados a partir da conscientização dos envolvidos no processo em suas ações cotidianas locais.

Identificado os aspectos da psicologia comunitária é relevante apresentar a metodologia de pesquisa da área. Tal metodologia se fundamenta na pesquisa participante, que estabelece o seu modelo na cooperação entre pesquisador e sujeito da pesquisa para juntos refletirem sobre as demandas expostas, as possíveis resoluções e o planejamento dessas ações com o intuito de transformação de uma realidade (CAMPOS, 1999).

Ainda no que concerne ao método, no processo de inserção em psicologia comunitária, Araújo (1999, p. 85) considera que é necessário “apreender a vida cotidiana da comunidade”, ou seja, o modo como a comunidade vive, se relaciona, a experiência subjetiva que as pessoas adquirem no local, vivências estas que constituem a identidade e o sentimento de pertencimento. Nesse sentido, buscar compreender como os moradores percebem essa realidade, os atravessamentos que constituem sua subjetividade, dentre outros pontos, é o que foi investigado neste trabalho.

## **O conceito de quilombo e suas implicações na história**

Na atualidade, damos destaque as escolas que ensinam uma visão de quilombo do período colonial, um lugar construído e mantido por escravos que fugiam para viverem escondidos em modo de cooperação. Porém, observamos que muitas vezes citam apenas o Quilombo de Palmares como se não houvesse outros, além de destacar que os indígenas lutavam, morriam e por isso não foram escravizados como os negros, e assim, anula-se a resistência negra e reafirma-se estereótipos racistas nas salas de aula (SANTOS, 2012).

No transcorrer do tempo o significado do conceito de Quilombo sofreu mudanças de interpretação, que serão expostas neste tópico. A origem da palavra Quilombo remete a língua dos povos de língua bantu: *kílobò*, e seu significado original possui semelhanças com a definição brasileira de quilombo. (MUNANGA apud FERREIRA, 2012)

Sabemos, também, sobre a interpretação do termo africano que: “(...) Quer dizer *acampamento guerreiro na floresta*, sendo entendido ainda em Angola como divisão administrativa” (LOPES; SIQUEIRA; NASCIMENTO apud LEITE, 2000, p.3 grifo nosso). Desta forma, esses autores evidenciam, que foi aplicada a herança guerreira africana na denominação deste espaço de resistência.

Uma das primeiras tentativas de definir o que seria um quilombo ocorreu em 1740, quando o Conselho Ultramarino o descreveu da seguinte forma: “toda habitação de negros fugidos que passem de cinco, em parte desprovida, ainda que não tenham ranchos levantados nem se achem pilões neles” (SCHMITT; TURATTI; CARVALHO, 2002, p.2). Algumas definições de alguns

lugares do Brasil descreviam somente dois ou três escravos fugidos em local escondido como um quilombo. Assim sendo, o autor apresenta o temor dos dominadores diante de um grupo muito pequeno de negros fugidos. (GOULART apud PIOVESAN, 2006)

Cada autor constrói a sua interpretação sobre o conceito, Moura (1981) por exemplo, assimila o quilombo como uma forma de organização possível para os oprimidos resistirem a estrutura opressora do sistema escravocrata. O autor afirma ainda que este tipo de organização de “comunidades de ex-escravos” se deu de modo semelhante em vários países, incluindo a figura do “capitão do mato”.

O quilombo é também denominado “terras de preto”, por muitos autores, dentre eles, Vitorelli (2012), pois o conceito que ele apresenta diz respeito a um agrupamento da população negra rural que viva naquele território aproximadamente desde o início do século XX até hoje, com alguma relação histórica, identidade e o autoreconhecimento previsto na legislação.

Os quilombos não eram todos iguais em seu modo de organização, eles tinham bases econômicas distintas, alguns eram predominantemente agrícolas, outros extrativistas, havia também os mercantis, os mineradores, os pastoris, os de serviços e os que realizavam saques (FREITAS apud LEITE, 2000).

Dentre as diversas características importantes dos quilombos, destacamos a da resistência à violência sofrida, pois, estas pessoas tornaram possível um meio de sobreviver em meio ao caos. Além disso, significou um furo feito no sistema escravagista que poderia destruí-lo como Azevedo (1987) afirma:

[...] revela o grande temor provocado pelos “negros fugidos” nos grupos sociais dominantes, não só porque suas fugas lhes traziam prejuízos de ordem material, mas também, sobretudo, porque seu movimento de rebelião e ruptura em relação à situação de escravizado ameaçava a ordem estabelecida (AZEVEDO apud FERREIRA, 2012, p.647).

Deste modo, não significava apenas um lugar para se afugentar e manter-se escondido, mas sim, ativo, no sentido de se organizar em grupo para enfrentar um sistema opressor muito forte. Exposto isto, é necessária a compreensão da ressignificação que o termo quilombo sofreu para entendermos o porquê a comunidade recebeu esta certificação que a difere de outras e, têm efeitos legais atuais como o direito à terra, a qual é rica para o plantio, para o sentimento de segurança e pertencimento.

A Constituição de 1988 traz pela primeira vez um marco legal referente à reparação dos danos da escravidão, “reconhece parte da população negra brasileira como sujeito de direitos” (FERREIRA, 2012, p. 650). A partir da Constituição, há a ressemantização do conceito de quilombo e passa a ser denominado, então, como comunidade remanescente de quilombo. Assim,

determina o artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias: “Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras, é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir lhes os títulos específicos” (FERREIRA, 2012, p. 650).

Porém, a Constituição não delimitava o que seria considerado uma comunidade remanescente do quilombo, fator que trazia complicações. Ferreira (2012, p.650) discorre que as comunidades quilombolas tinham muita dificuldade em comprovar a posse da terra com base somente nos documentos e a comprovação antropológica que era exigida, pois, a realidade das formações dos quilombos eram distintas, muitas pessoas receberam a terra por meio de doações, outras permaneceram nas senzalas em que viviam. Desse modo, as comunidades quilombolas, o movimento negro e o Ministério público, através de ações políticas, torna possível a promulgação do decreto presidencial nº 4.887/2003 que traz soluções para questões como essa, onde utiliza-se critérios de autoatribuição:

Art. 2º Consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos, para os fins deste Decreto, os grupos étnico-raciais, segundo critérios de autoatribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida (BRASIL, 2003 grifo nosso).

De acordo com a norma acima, neste caso, a comunidade se reúne e realiza uma votação como assembleia para decidir o reconhecimento como quilombolas e entregam a Fundação Palmares um certificado de autoatribuição e a Fundação efetua o registro. Entretanto, muitas comunidades possuem dificuldade de se reconhecer como quilombolas, mesmo com os benefícios, tamanha foi a negação que as comunidades sofreram por conta da opressão histórica e discriminação social (VITORELLI, 2012, p.235).

No caso da comunidade de Machadinho em questão, segundo informa Alves (2016, p.104), “no ano de 1979 todo o conjunto arquitetônico foi tombado pelo Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (INEPAC), por iniciativa da prefeitura municipal de Macaé.”

Posteriormente, nos anos de 2001/ 2002 a prefeitura de Quissamã comprou do Engenho Central as terras da fazenda Machadinho e começou a investir para a criação de um Complexo Cultural com o objetivo de fomentar a área do turismo histórico da região. A igreja e o conjunto das antigas senzalas começaram a serem reformadas em 2006. No mesmo ano, a comunidade adquiriu a certificação de comunidade quilombola pela Fundação Palmares incluso os seus cinco sítios: Machadinho, Santa Luzia, Boa Vista, Mutum e Bacurau. Neste contexto, a comunidade ainda não era organizada, tratava-se de uma Associação de Bairro e não uma Associação Quilombola como é atualmente.

Piovesan & Souza (2006) lembram que a responsabilidade do Estado não se finda na regularização das terras, deve ser trabalhado a participação da gestão pública para implementação da Educação Escolar Quilombola, por exemplo, e demandas em âmbitos como da preservação da cultura, do patrimônio histórico, do trabalho e renda no campo, dentre outros.

Infelizmente a legislação não possui a eficácia prática que deveria, pois interesses como os econômicos dificultam as titulações de terra em prol dos quilombolas. Porém, a ressignificação do termo que mudou de conjunto de escravos fugidos para o atual de comunidade remanescente de quilombo, vem na tentativa de facilitar este processo de reconhecimento das comunidades para que consigam a titulação. Finalmente, abarcando a compreensão do processo histórico de opressão vivido por esta população.

## **Metodologia**

A fim de compreender as relações que os sujeitos possuem com a comunidade onde vivem, inclusive em relação a construção da identidade individual e social, é necessário que se atente a vida cotidiana local e as conversas não formais (ARAÚJO, 1999). Portanto, em relação a metodologia optou-se por realizar uma pesquisa qualitativa a partir de um viés etnográfico, no qual utilizamos técnicas como a observação participante e entrevistas semiestruturadas com três moradores da comunidade de faixas etárias distintas.

Em consonância com tais apontamentos, foram realizadas participações nos eventos da comunidade em que os moradores discutiam as questões locais, além de terem sido realizadas três entrevistas com moradores que nasceram e cresceram dentro da comunidade. A primeira entrevistada com vinte e três anos de idade, a segunda na faixa dos cinquenta anos e o terceiro com noventa e cinco anos. Justifica-se tais idades com o intuito de abarcar perspectivas de diferentes gerações.

As entrevistas foram acompanhadas por uma moradora da comunidade que é membra da Associação de Remanescentes do Quilombo Machadinho (ARQUIMA). Ela faz parte do grupo de jongo e possui um papel ativo nas ações comunitárias. Assim, ela sugeriu nomes de possíveis entrevistados que possuiriam uma gama maior de informações sobre a comunidade e que estariam disponíveis no momento.

Todos os moradores ao serem informados acerca dos objetivos da pesquisa, aceitaram participar de forma voluntária das entrevistas e assinaram o termo de consentimento livre e esclarecido. As entrevistas foram gravadas para posterior transcrição e análise. Deste modo, visando garantir o sigilo das informações e identidade dos participantes, eles serão apresentados, neste estudo, por nomes fictícios.

Para fazer valer as indagações que surgiram na pesquisa, as perguntas abordadas foram



desenvolvidas com o intuito de investigar as demandas atuais dos sujeitos comunitários. Assim, foi construído um roteiro a partir da observação participante que realizamos no nosso percurso na localidade de Machadinha, até aquele momento.

Deste modo levantamos as seguintes questões: participação nas ações da comunidade, como eventos, encontros, festas, dentre outros.; identificação dos moradores com a identidade quilombola; a importância do jongo; demandas; problemas enfrentados e formas de enfrentamento no dia-a-dia; existência de melhorias na comunidade no percurso de dez anos até os dias atuais; o acesso a políticas de saúde; construção do processo da consciência crítica (facilidades e entraves); conquista de autonomia; motivação para seguir trabalhando; e formas de lutas a partir da autogestão.

### **Vozes do quilombo: as entrevistas e o jongo enquanto espaço de afetos, conscientização e vida comunitária.**

Escutar os moradores é essencial na prática comunitária, atrelada a noção de protagonismo dos sujeitos, de poder contar a sua própria história, tendo em vista o processo colonial de embranquecimento, esta foi contada por tantos outros e de maneira distorcida.

González apud Ribeiro (2017), discorre acerca do eurocentrismo da ciência, de como ela se constituiu branca, pois, o poder econômico, a fonte de financiamento inicialmente branca e europeia, ditou e normatizou os métodos e teorias que seriam validados e os conhecimentos que seriam pertinentes sem levar em consideração outros povos e perspectivas de pensamento. Desta forma, os saberes dos povos colonizados e das comunidades tradicionais não foram legitimados ou valorizados.

A prática comunitária não se propõe a ter um viés colonizador, com uma ideia de levar a “salvação” para uma comunidade, mas sim de fortalecer as potencialidades já existentes no território, escutar os moradores, para pensar e fazer junto, sem assumir um lugar de especialista e uma hierarquização de conhecimentos e saberes.

De acordo com Guareschi (2007), duas posições são importantes para o trabalho de prática comunitária: a primeira, de respeitar os saberes da comunidade, que não devem ser considerados inferiores aos acadêmicos, pois, trata-se de um outro tipo de conhecimento. A segunda, diz respeito a autonomia e a autogestão, onde o pesquisador possui o compromisso de respeitar esses pontos, deste modo, não se torna interessante propor, por exemplo, um projeto que dependa do profissional e que a comunidade não possa dar continuidade de forma autônoma.

Deste modo, houve o intuito de ter esse contato direto com os moradores, assim, foi possível conhecer as informações fidedignas sobre seu modo de vida na comunidade. Então, foram realizadas três entrevistas, com moradores que possuíam as seguintes idades: a primeira com vinte

e três anos, outra na faixa dos cinquenta anos e o terceiro com noventa e cinco anos. Essa distinta faixa etária tornou-se interessante para abarcar visões de diferentes gerações. Porém, foi observado que essas diferenças etárias não apresentaram indícios de uma discrepância de perspectivas. Observamos que, de modo geral, os pontos de vista seguem a mesma direção, pois nesta comunidade as crianças são incentivadas desde cedo através de instrumentos como o jongo mirim e as oficinas de contação de histórias locais. A partir de doze anos há a opção de inserção no grupo de jongo adulto. E os moradores mais maduros e idosos estão habituados a participar dos eventos na comunidade onde são abordadas diversas questões. Obviamente, há diferenças de consciência crítica de um morador para outro, porém, todas as gerações possuem criticidade.

Apresentamos portanto, o discurso da primeira entrevistada de vinte e três anos, que, assim como outros jovens desta faixa etária, ampliou sua atuação comunitária através do grupo de jongo. Indica deste modo que o jongo é um instrumento potente na inserção dos jovens na construção do processo de conscientização. Em relação a participação da comunidade como um todo nas ações locais ela afirmou que anteriormente as pessoas pensavam: *“não quero saber muito da comunidade, também, não estou ganhando nada com isso”* mas, agora de acordo com ela isso mudou: *“eles já possuem o entendimento que é para melhorar cada vez mais a comunidade e também ter mais voz”*.

Diante desse discurso podemos refletir acerca desse processo de tomada de consciência como também a “tomada de inconsciência”, pois ninguém é motivado por interesses coletivos abstratos e não se pode exigir que as pessoas abandonem seus desejos e objetivos pessoais. A construção de perspectivas de caráter não alienante e coletivo, podem caminhar junto com a satisfação do bem-estar individual (SAWAIA, 2007 p. 49).

Este trecho se relaciona também com o fato dos jovens integrantes jogueiros da comunidade não deixarem de demonstrar seus interesses pessoais de viajar e conhecer outros lugares por meio das apresentações de jongo, ao mesmo tempo em que possuem a consciência da importância do jongo e de sua preservação cultural.

Além disso, a entrevistada discorreu sobre a luta pela terra e disse que a associação de moradores contribuiu para que as mudanças positivas ocorressem. Declara, ainda, que as parcerias com instituições como as Universidades os fortaleceram. Destacou como positiva a aproximação com os outros núcleos que compõem a comunidade. Ela ainda fornece pistas de que após ter visto as mudanças na prática, os moradores buscaram procurar saber mais, a se tornarem ativos, ou seja, de perguntar se precisavam de ajuda para que as ações como eventos e festas fossem construídas. Além de haver mais presença e participação nas reuniões.

A segunda moradora entrevistada, entretanto, traz uma nova perspectiva, a de que em festas de padroeiros pessoas de todas as comunidades próximas vão a Machadinha, porém, em festas sobre a consciência negra por exemplo, a mobilização cai pela metade. Desta maneira, ela já

demonstra um descontentamento e aponta um panorama de como se encontra a consciência crítica dos moradores dos outros núcleos que compõe Machadinha. Ela citou ainda que: “*o desemprego, a crise econômica, o não ter nada para fazer*” se torna a causa de diversos problemas psíquicos que observa na comunidade como o uso abusivo de bebidas alcoólicas, a depressão e o suicídio.

Quanto ao terceiro entrevistado, no que concerne a participação dos moradores nas festas da comunidade, assim como a segunda entrevistada, ele afirmou que uma parte participa, mas que não são todos devido a preferência de cada um. No que se refere a melhorias na comunidade ele citou a reforma das casas e disse que muito ainda precisa ser melhorado. Por fim, perguntado sobre o que motiva ou o que gosta de fazer para se manter forte e bem disposto, além das caminhadas que já realiza, ele declarou gostar de dançar jongo e forró.

Em referência a identidade quilombola, os três entrevistados afirmaram que a maioria das pessoas que compõem a comunidade do Núcleo da Machadinha se identificam como quilombolas. De acordo com a primeira entrevistada, o IBGE aplicou neste ano de 2019 um questionário piloto e ela pôde notar que as pessoas responderam e afirmaram serem quilombolas com muito orgulho. Esta é uma das demonstrações de que as ações realizadas pela comunidade são efetivas.

No que diz respeito ao posto de saúde, de acordo com as informações dos moradores, o espaço improvisado possui a dimensão de duas casas do quilombo, ao mesmo tempo que existem pessoas da comunidade sem moradia. O espaço adequado para a construção do posto encontra-se murado, mas as obras ainda não foram iniciadas, o que motivou a mobilização da população para o acionamento do Ministério Público e da prefeitura, então, através desta ação, foi pactuado um comprometimento para a realização da construção.

Ao conhecer a comunidade remanescente do quilombo de Machadinha percebeu-se desde o princípio que a apresentação frequente do jongo transmitia uma força que advinha das lutas que a comunidade enfrentou no passado colonial e ainda enfrenta pelos seus direitos como a titulação das terras. Além do papel importante desta manifestação cultural no processo de construção e afirmação da identidade quilombola.

Campos apud Oberg (2013) pontua a análise da cultura e o diálogo como instrumentos a serem problematizados e utilizados no processo de conscientização comunitária. Deste modo, observou-se também que em Machadinha, por meio da inserção no grupo de jongo que muitos jovens desenvolvem seu processo de conscientização. Como se o grupo fosse o “ponta pé inicial”, pois, houve muitos casos de jovens que após terem entrado no grupo de jongo, se tornaram lideranças jongueiras, saíram para viajar para encontros e reuniões de jongueiros, ocuparam cargos na associação de moradores, nos projetos da comunidade como o artesanato local, ganharam bolsas em universidades, dentre outros.

Ribeiro (2017) em sua obra “Lugar de fala” discorre acerca da importância e da urgência com que sejam evidenciadas as mulheres negras que lutaram historicamente contra as formas de

dominação, destacando a importância de contribuir para a visibilidade das que continuam essa luta atualmente. Diante disso, é necessário trazer nesta narrativa, uma integrante essencial da comunidade que exemplifica e ensina a práxis que buscou-se trabalhar neste texto e nesta construção teórica. Ela é uma mulher<sup>2</sup> negra, quilombola, autora do livro “Flores da Senzala”, atual coordenadora do memorial de Machadinha e coordenadora do jongo mirim onde transmite a cultura local para as crianças. Além disso, ainda participa de quase todas as apresentações do jongo da comunidade e canta com todo fervor a adaptação de um ponto de jongo realizada em para defesa dos direitos das mulheres. O ponto é o seguinte:

*”Encontrei 3 velas acesas no morro da piedade, quem manda mulher é homem, mulher não se faz vontade”*

*“Tudo isso aconteceu, no tempo do fogão à lenha [repete], agora tudo mudou, com a lei Maria da Penha”*

O jongo também foi citado mais de uma vez como motivação para continuar a luta e a busca por melhorias para a comunidade, observa-se que os moradores ensinam noções sobre a manifestação cultural para as crianças e observam que elas aprendem, se interessam e dançam por livre e espontânea vontade, e que isso os fortalece e fornece esperança para que *o jongo não se acabe* como é cantado um dos pontos de jongo do grupo Tambores de Machadinha.

## **Considerações finais**

As relações individualistas da sociedade contemporânea, baseadas em pressupostos e signos norte-americanos do capitalismo e de um sentimento comum de insegurança, que atuam de modo incisivo nas capitais e grandes cidades, não chegam com a mesma força ao interior e nos meios rurais. Bauman apud Oberg (2013) afirma que “a experiência de comunidade é enfraquecida no capitalismo; restam portanto, tentativas de recompô-la e as tensões que emergem do afã por (re) vivê-la.”

Afetado por este contexto, o cotidiano no quilombo (situado neste caso no meio rural), ainda guarda valores tidos como comunitários, dentre eles: cooperação, confiança e relações próximas com vizinhos e outros membros. Observou-se estes aspectos em vários momentos, dentre eles, quando um membro da comunidade contou sobre a vivência do luto inesperado de um filho e afirmou que as pessoas do local o ajudaram neste processo com palavras de apoio. Isto se torna mais evidente quando se trata de uma comunidade remanescente como a de Machadinha em que a grande maioria das pessoas possuem graus de parentesco e os mesmos sobrenomes.

---

<sup>2</sup> Seu nome foi preservado devido ao sigilo proposto na pesquisa.

Desta forma, diante das observações realizadas, Machadinha nos ensina que uma comunidade organizada, potente, autônoma e com parceiros que contribuem com a visibilidade e estão ao lado nos momentos de embates, é possível se desenvolver e obter conquistas nos mais diversos campos. Um exemplo foi o salto que a comunidade teve depois de tomar conta dos espaços coletivos e de fala da comunidade, assim, os moradores levaram o artesanato para ser comercializado dentro do memorial por onde passam visitantes cotidianamente, com o intuito de gerar renda e sustentabilidade. O próprio memorial e a casa de artes (onde funciona um restaurante) que anteriormente eram administrados por pessoas que não faziam parte da comunidade passaram a ser coordenados por moradores e moradoras que atuam na preparação dos pratos do restaurante, típicos do quilombo local, como a galinha caipira com aipim, a feijoada e o famoso bolo falso, que possui historicidade em Machadinha.

Através dos líderes comunitários é possível observar também, que o diálogo com órgãos públicos como a prefeitura, apesar de conflituoso, é necessário e deve ser feito com muita cautela e crítica. Atualmente, a comunidade delibera suas necessidades, envia o ofício a prefeitura, e realizado este movimento, tem conseguido (em parte), o retorno de suas reivindicações. Há de salientar também o interesse turístico da prefeitura com o local.

Conclui-se assim, que a comunidade de Machadinha com seus avanços conquistados, serve de incentivo e aponta caminhos possíveis a muitas outras comunidades que não possuem um processo identitário por exemplo, e se encontram com dificuldades semelhantes ou até mesmo em um estágio de escassez básica, sem acesso a água potável e saneamento por exemplo. Pois, não podemos querer conscientização, mobilizações e lutas do povo quilombola ou de qualquer outro povo ou comunidade, se não há acesso ao básico como alimentação e água por exemplo, “É utópico esperar do preto ou do árabe que se esforcem para inserir valores abstratos na sua *Weltanschauung*, quando eles mal conseguem comer o suficiente para matar a fome” (FANON, 2008, p.92).

Os resultados demonstraram que há muitos objetivos ainda a serem alcançados e que a comunidade ainda possui complicadores. Assim, esclarece um dos membros da Associação de Remanescentes do Quilombo de Machadinha (ARQUIMA) que demonstra preocupação no enfraquecimento do movimento, devido a discursos de outros quilombolas:

*“No próprio movimento quilombola eu ouço dos colegas presidentes que: “vocês lá não precisam de mais nada”. A gente olha a realidade do IMBE, Botafogo, Maria Joaquina que são os quilombos próximos, a gente têm um restaurante dentro da comunidade, têm uma escola, têm esse complexo todo e aí a afirmação é perante ao poder público perante aquelas pessoas que querem nos dizimar né e aí é uma reflexão que fica para nós presidentes né, (...) é o que a gente está tentando construir agora, essa imagem de que o próprio quilombola ele não serve só para procriar, são seres como todos que querem plantar e viver em seu território.”*

Na perspectiva de escuta da comunidade, buscou-se conhecer as demandas dos moradores

e como a mais marcante surgiu a questão da terra e das casas, problema que têm feito muitos moradores já se encontrarem sem esperanças e sem ânimo em conseguir a titulação. Necessitam desta forma, de fortalecimento e segurança neste aspecto.

Outros transtornos ainda enfrentados, apareceram nas entrevistas como a Capela histórica que ainda não foi reformada, restaurante e casas com problemas estruturais onde a comunidade é impedida legalmente de realizar reparos por se tratar de patrimônio tombado e a questão do transporte com horários muito precários, que dificulta a locomoção até o centro da cidade onde se concentram a maior parte dos serviços públicos e profissionais de saúde que não se encontram nas Unidades básicas de saúde como psicólogos e dentistas por exemplo.

Um fator imprescindível é a questão política que já se apresentava como um entrave na regularização das terras remanescentes quilombolas e indígenas, mas que é intensificada na atual conjuntura política brasileira de desvalorização destas populações. Fanon traz em sua obra uma reflexão que podemos utilizar neste contexto: “Além do mais, segundo Francis Jeanson, todo aquele que pertence a uma nação é responsável pelos atos perpetrados em nome desta nação”. (JEANSON apud FANON, 2008, p.89). Porém, o que temos acompanhado é a desresponsabilidade da nação com a demarcação destas terras que possuem todo um processo histórico de opressão, exploração, enfim, toda a violência marcada.

Diante deste cenário, os discursos dos moradores demonstraram esta preocupação, como foi mostrado no tópico anterior, a associação de moradores se mostrou temerosa, principalmente em relação ao decreto presidencial nº 4.887/2003 que possui riscos de ser invalidado, este que têm sido utilizado como garantia e permanência desta população no território.

Como problemática para novas pesquisas, é possível apontar a necessidade de fomentar trabalhos para os problemas que ainda persistem como a questão da terra e o transporte. Além disso, há a necessidade de pesquisas relacionadas a políticas públicas de saúde para a comunidade, saúde da família e também políticas reparatórias como cotas para quilombolas em universidades da região, dentre muitas outras, para que haja avanços e não retrocessos.

## **REFERÊNCIAS**

Albuquerque, F. J. B. (2002). Psicologia social e formas de vida rural no Brasil. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 18(1), 37-42.

Alves, H. C. (2016). “*Eu não sou milho que me soca no pilão*”: Jongo e Memória pós-colonial na comunidade quilombola Machadinha – Quissamã. Dissertação de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social EICOS, Rio de Janeiro.

Araújo, R. C. (1999). O Processo de inserção em Psicologia Comunitária: Ultrapassando o nível dos papéis. In Brandão, I. R. & Bomfim, Z.Á.C. (Orgs.) *Os Jardins da psicologia comunitária: escritos sobre a trajetória de um modelo teórico-vivencial*. North Charleston (USA), Amazon Books, 1ª Edição.

Brasil. (2018, 06 de fevereiro). Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Acesso em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/2003/d4887.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4887.htm) .

Campos, R. H.F. (1999). Introdução: a Psicologia Social Comunitária. In R.H.F. Campos. (Orgs.), *Psicologia Social Comunitária. Da solidariedade à autonomia*. (pp. 09-15) Rio de Janeiro: Vozes.

Costa, E.S. (2012). *Racismo, política pública e modos de subjetivação em um quilombo do Vale do Ribeira*. Tese de doutorado, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.

Fanon, F. (2008). *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: Ed. UFBA.

Ferreira, S.R.B. (2012). Quilombolas. In R. S. Caldart, I. B. Pereira, P. Alentejano, G. Frigotto. (Orgs.), *Dicionário da Educação do Campo*. (pp. 647- 651). São Paulo: Expressão Popular.

Freitas, M. F. Q. (1999) Psicologia na Comunidade, Psicologia da Comunidade e Psicologia (Social) Comunitária - Práticas da psicologia em comunidade nas décadas de 60 a 90, no Brasil. In R.H.F. Campos. (Orgs.), *Psicologia Social Comunitária. Da solidariedade à autonomia*. (pp. 54-80). Rio de Janeiro: Vozes.

Góis. C. W. L. (2003). Psicologia comunitária. *Universitas Ciências da Saúde*, vol.01, n.02, 277-297.

Guareschi, P. A. (2007). Relações comunitárias, relações de dominação. In R.H.F. Campos. (Orgs.), *Psicologia Social Comunitária. Da solidariedade à autonomia*. (pp. 54-80). Rio de Janeiro: Vozes.

Lane, S. (1999). Histórico e fundamentos da psicologia comunitária no Brasil. In R.H.F. Campos. (Orgs.), *Psicologia Social Comunitária. Da solidariedade à autonomia*. (pp. 09-15). Rio de Janeiro: Vozes.

Leite. I. B. (2000). Os quilombos no brasil: questões conceituais e normativas. *Etnográfica*, Vol. IV (2), 333-354.

Martín-baró, I. (2019, 2 de janeiro) O papel do psicólogo. *Estudos de psicologia*, v. 2, n. 1, p. 7-27. Acesso em <http://www.scielo.br/pdf/epsic/v2n1/a02v2n1.pdf>.

Martín-Baró, I. (1990). *El papel del psicólogo en el contexto centroamericano*. Conferência pronunciada em 4 de outubro de 1985, na Universidade de Costa Rica, publicada no Boletín de Psicología UCA, 1985, 3(17), 99-112

Moura, C. (1981). *Rebeliões na Senzala, Quilombos, Insurreições, Guerrilhas*. São Paulo, SP: Ed. Ciências Humanas.

Oberg, L. P. (2007). *Do Rio das vitrines à galeria dos desconhecidos: um estudo em psicologia social comunitária na localidade de Muzema*. Doutorado em Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

Oberg, L. P. & Zamora, M. H. R. N. (2013). A psicologia comunitária e a conquista das políticas públicas. *Rev. Emancipação*, v. 13, n. 1.

Oliveira, L. B. et al. (2014). Vida e a Obra de Ignacio Martín-Baró e o Paradigma da Libertação. *Revista Latinoamericana de Psicología Social Ignacio Martín-Baró*, 3, n. 1, 205-230.

Piovesan, F. & Martins de Souza, D. (Coords.) (2006). *Ordem jurídica e igualdade étnico-racial*. Brasília: Seppir.

Ribeiro, D. (2017). *O que é lugar de fala?*. Belo Horizonte (MG): Letramento.

Santos, R. E. D. (2012). Quilombos. In R. S. Caldart, I. B. Pereira, P. Alentejano, G. Frigotto. (Orgs.), *Dicionário da Educação do Campo*. (pp. 652- 658). São Paulo: Expressão Popular.

Sawaia, B.B. (2007). Comunidade: a apropriação científica de um conceito tão antigo quanto a Humanidade. In R.H.F. Campos. (Orgs.), *Psicologia Social Comunitária. Da solidariedade à autonomia*. (pp. 35-55). Rio de Janeiro: Vozes.

Schmitt, A., Turatti, M. C. M., & Carvalho, M. C. P. (2002). A Atualização do Conceito de Quilombo: Identidade e Território nas Definições Teóricas. *Ambiente & Sociedade*, 10.

Schucman, L. V., Nunes, S.S., & Costa, E. S. (2017). A Psicologia da Universidade de São Paulo e as relações raciais: perspectivas emergentes. *Psicologia USP*, v. 28, n. 1, p. 144-158, Acesso em: <http://www.revistas.usp.br/psicousp/article/view/130694/127085>. 23 outubro de 2018.

Vitorelli, E. (2012). *Estatuto da igualdade racial e comunidades quilombolas: Lei nº 12.228/2010,23. Decreto nº 4.887/2003, dicas para realização de provas de concursos artigo por artigo*. Salvador: JusPodivm.